



5

BEM-VIVER, SAÚDE ÚNICA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Alessandro de Oliveira dos Santos

Universidade de São Paulo

alos@usp.br

ORCID: 0000-0002-5261-0332

MESA-REDONDA: A ação humana e a mudança climática

Resumo

Os modos dos povos indígenas de valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, preservaram visões de mundo que continuam a ser transmitidas as novas gerações e que têm inspirado e sido incorporadas nas discussões atuais sobre o que significa saúde, boa vida e viver bem. Este trabalho apresenta, com base em pesquisa e análise bibliográfica, as noções de saúde única e de bem viver, e seu potencial de contribuição, enquanto aportes conceituais tributários de cosmovisões indígenas, para a construção de resiliência frente as mudanças climáticas.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Cosmovisões; Bem Viver; Saúde Única.

Abstract

The ways indigenous peoples value the relationships between human beings, the environment, and other species have preserved worldviews that continue to be transmitted to new generations and that have inspired and been incorporated into current discussions about health, good life, and living well. Based on research and bibliographical analysis, this work presents the notions of unique health and good living, and their potential contribution, as conceptual contributions from indigenous worldviews to building resilience in the face of climate change.

Keywords: Climate Changes; Worldviews; Good Living; One Health.

Resumen

Las formas en que los pueblos indígenas valoran las relaciones entre los seres humanos, el medio ambiente y otras especies han preservado visiones del mundo que continúan transmitiéndose a las nuevas generaciones y que han inspirado e incorporado a los debates actuales sobre la salud, la buena vida y el vivir bien. Basado en investigaciones y análisis bibliográficos, este trabajo presenta las nociones de salud única y buen vivir, y su contribución potencial, como aportes conceptuales desde las cosmovisiones indígenas a la construcción de resiliencia frente al cambio climático.

Palabras clave: Cambios climáticos; Visiones del mundo; Buen Vivir; Una Salud.

1. Introdução

As mudanças climáticas têm gerado graves consequências para o ambiente e a saúde humana decorrentes da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento de florestas e avanço de monoculturas agrícolas extensivas, e do uso de recursos naturais dentro de contextos históricos, culturais, políticos e econômicos de imensa complexidade. O aumento da temperatura média global e dos eventos meteorológicos extremos e desastres naturais, envolvendo a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, tem influenciado na qualidade dos solos e das águas, na produção de alimentos e na disseminação de vetores responsáveis por doenças infecciosas (SANTOS *et al.*, 2021; SENA, CORVALAN & FEITOSA, 2022; SILVA, XAVIER & DIEGO, 2024).

Desde 2010 integro o quadro de docentes do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), sendo responsável pela área de Intercultura e Raça-Etnia. Esta área é recente no Departamento e por meio dela tem sido possível investigar processos psicossociais relacionados a saúde e a doença e ao sentido de lugar e apego ao território, tendo em vista que a identidade cultural e o pertencimento étnico-racial, enquanto marcadores sociais da diferença, localizam e subjetivam indivíduos e grupos nas sociedades.

Ao longo do meu percurso acadêmico-científico tenho me dedicado, em parceria com outros pesquisadores das ciências humanas, à compreensão dos conflitos decorrentes das fricções existentes entre os processos de transformação do ambiente por atividades antrópicas/econômicas e os processos político/organizativos de luta por direitos de grupos e movimentos sociais autoidentificados como comunidades tradicionais, em especial, do Vale do Ribeira na região sudeste e da Amazônia na região norte do Brasil. Estes conflitos, em geral, de caráter étnico-racial, envolvem modos distintos de acesso e uso de recursos naturais, disputas sobre o território e concepções de identidade, divergências culturais e religiosas e interferências de organizações públicas, privadas e da sociedade civil, e de agentes político-econômicos externos. O que sempre nos demanda a uma análise de correlações das forças locais e globais que configuram a realidade socioespacial e seus efeitos sobre os moradores das comunidades tradicionais.

Partindo da noção de direitos humanos temos, por um lado, discutido o acesso das comunidades tradicionais aos bens e serviços públicos, problematizando a negligência e/ou violação dos poderes e serviços públicos na proteção de seus direitos. Ou seja, o quanto e

como os poderes e serviços públicos regulamentam, protegem, efetivam e promovem direitos, como, por exemplo, o direito à terra, à saúde, a não discriminação. E, por outro, temos buscado interpelar a justiça restaurativa enquanto dispositivo voltado, mormemente, para negociação situacional de conflitos, propondo um realinhando da *práxis* restaurativa em direção as lutas e movimentos voltados para promoção da justiça ambiental. E, que demandam pelo tratamento de traumas históricos e intergeracionais, à exemplo do racismo, e pelo equilíbrio nas relações de saber e poder em âmbito político, econômico e jurídico (MASSOLA *et al.*, 2015; SANTOS *et al.*, 2016; SILVA NETO e SANTOS, 2018).

Este percurso acadêmico-científico trouxe a necessidade de aprofundar a compreensão acerca dos efeitos das mudanças climáticas sobre a produção de vulnerabilidades sociais e os agravos em saúde dos povos de floresta e áreas úmidas brasileiras. Em pesquisa de campo realizada junto a comunidades indígenas do município de Santarém no Pará, foi possível identificar que para a população local os eventos meteorológicos extremos como a seca e, conseqüentemente, os incêndios florestais, afetaram o volume dos rios e igarapés, prejudicando a pesca e as colheitas e facilitando a propagação de pragas e agentes infecciosos. O que trouxe ameaça de insegurança alimentar para as comunidades e o medo de terem que abandonar suas terras, tornando-se em última estância refugiados climáticos (SANTOS, 2024).

Sabemos que as culturas enquanto sistemas sociais com seus modos de valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, e suas regras de legitimação e pertencimento, expressam sempre um campo de disputas no que se refere a compreensão dos fenômenos da realidade. Ao longo da história o encontro entre as culturas foi caracterizado pela imposição dos modos de valorar de uma cultura sobre a outra. Assim, juízos de apreciação de valor em termos do que poderia ser considerado enquanto ética, lógica e espiritualidade nas relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, foram considerados como verdades absolutas e universais.

A dominação de uma cultura é o resultado direto da subjugação de outra(s) cultura(s) e, em geral, envolve violência e genocídio de povos, e a desvalorização ou aniquilamento de seus saberes. Os estados-nações europeus forjaram a ideia de que seus modos de valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, era superior aos dos demais povos e culturas. Tal hierarquização foi a justificativa para exploração de territórios e povos em África, Ásia e nas Américas. Este processo histórico de exploração chamado colonialismo teve início no século XVI e, moldou o mundo contemporâneo e o capitalismo

neoliberal vigente ao estabelecer um novo padrão de poder mundial, a colonialidade (QUIJANO, 1991). Como fenômeno social a colonialidade refere-se às condições de permanência das relações hierárquicas entre regiões e países do mundo, e de sujeição ao sistema mundo moderno colonial capitalista (GROSFOGUEL, 2016).

Todavia, outros modos de conceber e valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies coexistem até os dias de hoje, operando nos interstícios do mundo contemporâneo e do capitalismo neoliberal vigente e permitindo que as hierarquias, outrora forjadas pelo colonialismo e mantidas pela colonialidade, sejam denunciadas e enfrentadas (WALSH, 2005).

Na América Latina, os modos dos povos originários do continente, ou seja, dos povos indígenas, de valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, preservaram visões de mundo que continuam a ser transmitidas às novas gerações e que têm inspirado e sido incorporadas nas discussões atuais sobre o que significa saúde, boa vida e viver bem. Este trabalho apresenta, com base em pesquisa e análise bibliográfica, as noções de saúde única e de bem viver, e seu potencial de contribuição, enquanto aportes conceituais tributários de cosmovisões indígenas, para a construção de resiliência frente às mudanças climáticas.

2. Bem Viver e Saúde Única

A noção de bem viver vem sendo incorporada nos debates atuais sobre novos modelos de desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, também tem sido tomada como um componente central das lutas por reconhecimento e direitos de movimentos socioambientais (SIQUEIRA JÚNIOR, GONÇALVES & SANTOS, 2022).

Isso porque tal noção enfatiza o respeito pela terra, enquanto espaço vital da vida, a valorização de relações comunitárias de reciprocidade e cooperação em um território, e a boa convivência multiespécies, como forma de se atingir o bem-estar coletivo. A valorização, em especial, de relações comunitárias de reciprocidade e cooperação no território opera como emuladora de enraizamento, ampliando a capacidade dos moradores de uma comunidade de tomar decisões e agir em relação às próprias condições de vida, como sujeitos de seu cotidiano e como sujeitos de direito. Desse modo, fortalece o seu direito de participar da criação das regras de convivência e, por conseguinte, da construção do seu futuro.

Trata-se de uma noção que expressa uma abordagem holística de cuidado com a vida

em suas diferentes formas de manifestação, seja animal, vegetal ou mineral. No idioma aymara, utilizado por povos indígenas da Bolívia e do Peru este cuidado com a vida está presente, por exemplo, na devoção a *PachaMama*. Divindade, segundo os indígenas, ligada à terra e a proteção das formas de vida, *PachaMama* pode se enfurecer diante das agressões que são proferidas a ela e aos seus filhos e desse modo influenciar na ocorrência de desastres naturais e na proliferação de doenças.

Recentemente, países latino americanos como o Equador em 2008 e a Bolívia em 2009, incluíram a noção de bem-viver em suas Constituições Federais em reconhecimento aos valores culturais e conhecimentos dos povos indígenas, promulgando e protegendo assim os direitos de Pachamama (mãe natureza) e de outras espécies. E, oferecendo diretrizes a partir das quais a economia, a política, e a sociedade poderiam se reorganizar. Contudo, o fato do Equador e da Bolívia terem incluído a noção de bem viver em suas cartas magnas não significa que tenham alterado os padrões de acumulação capitalista ou transformado as relações de poder que os atravessam. Mas sim, que foi dado visibilidade e posicionado um discurso cuja sustentação e o potencial de trazer mudanças depende da ação dos movimentos indígenas, num contexto político dominado pelo capitalismo neoliberal e em tensão com forças políticas internacionais.

Inspirados na noção de bem-viver, autores como Descola e Pálsson (1996), Escobar (2014) e Acosta (2015), propuseram um novo *modus operandi* para a economia capitalista, denominado de pós-desenvolvimento. Partindo da crítica ao modelo ocidental globalizado de desenvolvimento, compreendido como expressão de um ideário de dominação política e social, que atribui à América Latina, África e Ásia a condição de regiões subdesenvolvidas a serem exploradas, tais autores defendem um modo de desenvolver a economia, que respeite os arranjos e a capacidade de produção de *commodities* de cada povo e região e seja compatível com a boa convivência entre espécies e a conservação do ambiente.

Isso permitiria a cada povo e região assegurar a sustentabilidade ambiental de seus sistemas econômicos, perpetuando ao mesmo tempo seus modos de vida e bem viver (ACOSTA, 2015). O que somente seria alcançado por meio do reconhecimento da natureza como um ser vivo e detentora de direitos e da construção de sociedades biocêntricas. Por conseguinte, tais sociedades teriam como modelo de desenvolvimento o pós-extrativismo, abandonando, por exemplo, a mineração e a exploração de hidrocarbonetos em larga escala e as monoculturas agrícolas extensivas (ESCOBAR, 2014).

Outrossim, a retomada da noção de bem viver na atualidade não deve ser

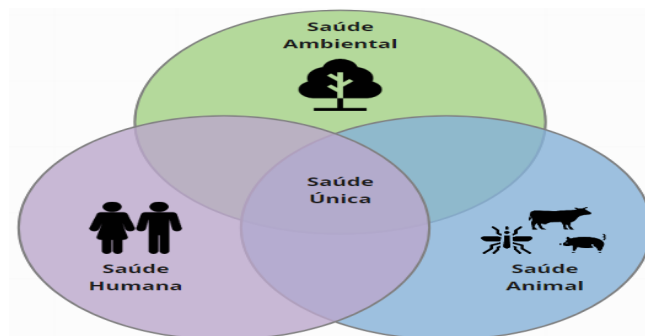
compreendida como um clamor pela volta a um passado idealizado, no qual haveria uma relação de harmonia entre seres humanos e com as outras espécies e o ambiente. Mas, sim como uma tentativa de encontrar melhores condições de equilíbrio frente aos tensionamentos presentes nestas relações e enquanto um novo horizonte ético-político para superação das crises do mundo contemporâneo. Logo, a compreensão sobre o que significa bem viver não pode ser fixada em verdades absolutas e universais, requerendo também se debruçar sobre as estruturas de poder que configuram e modulam as relações entre os seres humanos com ambiente e outras espécies. Tais relações são sempre culturais, evidenciando que qualquer conhecimento produzido acerca das correlações de forças locais e globais que configuram uma realidade socioespacial, deve ser tomado como contextual.

Ao propor princípios de uma filosofia de vida que valoriza o equilíbrio entre bem-estar coletivo e sustentabilidade ambiental, a noção de bem viver, oferece elementos para uma crítica ao consumo inconsequente e à degradação ambiental, e para a superação do modelo ocidental globalizado de desenvolvimento, enquanto única aspiração planetária (ALCANTARA & SAMPAIO, 2017). A hegemonia deste modelo de desenvolvimento tem sido denunciada, nas últimas décadas, como a causa principal da destruição dos habitats naturais, das guerras, da fome e da miséria, e das crises climática, alimentar e sanitária do mundo contemporâneo.

Nessa direção, tem ganhado destaque, ao lado da noção de bem viver, também a noção de saúde única, tributária de cosmovisões indígenas, enquanto um novo paradigma para compreensão dos processos de saúde-doença, capaz de tomar em consideração a interdependência e interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental e subsidiar práticas de promoção e cuidado à saúde numa perspectiva holística (BAQUERO, 2021).

No ano de 2008, a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), passaram a adotar a noção de saúde única, defendendo o lema: “Um Mundo, Uma Saúde”. Tal lema indica a importância de reconhecermos a necessidade de ações para construção de uma saúde planetária, alicerçada no bem-estar coletivo de seres humanos e demais espécies, em um ambiente sustentável (CARNEIRO & PETTAN-BREWER, 2021).

Figura 1. Esquema de compreensão da saúde única.



Fonte: <https://onehealthinitiative.com/the-one-health-triad/>

No modelo globalizado de desenvolvimento, os modos de valorar as relações entre os seres humanos e com as outras espécies, em especial com os animais, fizeram com que estes fossem utilizados, sobretudo, como fonte de proteína, força de trabalho, companhia para os seres humanos e como cobaias em pesquisas científicas e tecnológicas.

O contato com animais aliado as mudanças climáticas, destruição de habitats, guerras, e a fome e miséria, aumentam as chances de transmissão das zoonoses. De acordo com a OMS, as zoonoses respondem por 62% da Lista de Doenças de Notificação Compulsória, 60% dos patógenos reconhecidos (vírus, bactérias, protozoários, parasitas e fungos) e 75% das doenças emergentes. Existem atualmente mais de 200 tipos de zoonoses que são responsáveis anualmente por aproximadamente 2,5 bilhões das doenças infecciosas que acometem os seres humanos, incluindo Ebola, HIV e Covid-19 (BVS-MS, 2024).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET, 2024), o Brasil tem a segunda maior população de cães e gatos do planeta, sendo o terceiro país em número de animais de estimação, com aproximadamente 140 milhões de pets. No país, as principais zoonoses transmitidas por estes animais de estimação são a raiva, leishmaniose, leptospirose, toxoplasmose e esporotricose (OLIVEIRA-NETO *et al.*, 2018).

Embora existam muitas semelhanças nos processos infecciosos que acometem seres humanos e animais, a medicina humana e a veterinária atuavam até pouco tempo de forma paralela e independente. Foi somente nas últimas décadas com a incorporação da noção de saúde única pela OMS, OIE e FAO, que as duas medicinas se aproximaram com vistas a subsidiar ações em conjunto e propor medidas preventivas em relação as zoonoses.

Segundo a ONU a noção de saúde única, e sua capacidade de subsidiar práticas de promoção e cuidado à saúde numa perspectiva holística, corresponde atualmente a melhor abordagem para se prevenir os surtos de doenças zoonóticas e as futuras pandemias

(CARNEIRO & PETTAN-BREWER, 2021). Em 2015 a ONU promulgou a agenda 2030, ratificada por mais de 190 países signatários, e que contém um plano de ação com 17 objetivos, denominados ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), com vistas, sobretudo, a erradicar a pobreza, mitigar as mudanças climáticas, proteger o planeta e garantir a paz mundial.

Figura 2. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 - ONU



Fonte: <https://onehealthinitiative.com/the-one-health-triad/>

A incorporação das noções de bem viver e de saúde única pelas organizações públicas, privadas e da sociedade civil, tem disso considerado por muitos pesquisadores e ativistas como fundamental para o cumprimento adequado dos objetivos da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável proposta pela ONU. Isso porque ambas as noções valorizam a reciprocidade e a boa convivência multiespécie como forma de alcançar o bem-estar coletivo, superando as noções de qualidade de vida e bem-estar meramente individualizantes.

Considerações finais

As noções de bem viver e saúde única podem ser tomadas como fontes de inspiração para a construção de novos horizontes ético-políticos em direção a continuidade da vida na terra. E, também para o diálogo acerca da unidade-ruptura ser humano-natureza e as possibilidades de resistência e superação das relações forjadas entre ambos pelo capitalismo.

A noção de bem viver enfatiza a qualidade das relações comunitárias e da convivência multiespécies e o cuidado com o ambiente. A noção de saúde única evidencia a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental. Ambas as noções podem contribuir para a construção de resiliência frente as mudanças climáticas, visto que derivam de saberes produzidos a partir de longas trajetórias de interação entre comunidades indígenas e ecossistemas. E, cujos conhecimentos e saberes mobilizados podem ajudar na elaboração de respostas, originais e inéditas, com vista a lidar com este fenômeno.

Enquanto aportes conceituais as noções bem viver e saúde única podem subsidiar a proposição de marcos regulatórios governamentais capazes de ampliar a capacidade de adaptação e resiliência frente aos eventos meteorológicos extremos. E, também ajudar no letramento climático das sociedades, ou seja, no desenvolvimento de vocabulários e gramáticas que favoreçam a educação ambiental e a difusão e popularização do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas. Por conseguinte, são importantes enquanto eixos de análise interseccional para o planejamento socioambiental e a formulação de indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas relativas ao meio ambiente e a saúde.

Além disso, a análise das mudanças climáticas, à luz da ciência do espaço humano, pode se beneficiar destes aportes conceituais na investigação dos limites e possibilidades envolvidos na construção coletiva dos sentidos de lugar e apego ao território, assim como no que se refere a factibilidade de outras formas de relação com o espaço-tempo e as culturas.

As noções de bem viver e saúde única configuram um paradigma distinto de compreensão sobre a integração dos coletivos humanos em suas especificidades, com os territórios e demais espécies, derivando concepções de bem-estar e apego ao território capazes de subsidiar, em âmbito local e global, a formulação de ações de governos, empresas e da sociedade civil, com vistas a superação de iniquidades e na direção de uma saúde e cidadania de caráter mais global e planetário.

Tais noções derivam de um núcleo comum emulador de um novo ideário social, econômico e político. Finalizamos este trabalho destacando alguns aspectos que compõem este núcleo e/ou que também consideramos importantes para orientar ações voltadas a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas:

- Descolonização dos conhecimentos, de modo que as visões de mundo oriundas de saberes tradicionais também possam ser incorporadas na compreensão da realidade, e na produção dos conhecimentos considerados válidos;
- Valorização do caráter igualitário entre os seres humanos e da necessidade de boa convivência entre espécies, bem como de uma existência atrelada ao sentido de lugar e apego ao território e aos ciclos da vida em suas diferentes formas de manifestação;
- Desenvolvimento de práticas sociais que estruturam novos projetos civilizatórios, distintos ao projeto civilizatório que deu origem ao modelo atual de desenvolvimento econômico;
- Criação e fortalecimento de networks de compartilhamento de conhecimentos e tecnologias alinhados com a valorização da etnoconservação e da bioeconomia;
- Reconhecimento de que a adaptação às mudanças climáticas e a construção de resiliência envolvem soluções de ordem natural, tecnológica e política;
- Reconhecimento de que as soluções tecnológicas de adaptação e resiliência às mudanças climáticas inicialmente serão pequenas, granulares, locais, porquanto possam ser mais rápidas e influenciarem grandes soluções enquanto estudos piloto e modelos;
- Respeito às realidades culturais e autonomia dos povos de floresta e reconhecimento do seu papel como um agente social fundamental na construção da resiliência climática e na promoção da saúde e da cidadania planetária.

Referências bibliográficas

ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015.

ALCANTARA, L. C. S. & SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível ? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (ABINPET). A indústria de pets e seus números. Disponível em: <<https://abinpet.org.br/informacoes-gerais-do-setor/>>. Acesso em 09 de março de 2024.

BAQUERO, O. One Health of Peripheries: Biopolitics, social determination and field of praxis. **Frontiers in Public Health**, v. 09, p. 01-12, 2021.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (BVS-MS). **Saúde Única: Dia Mundial das Zoonoses**. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/06-7-saude-unica-dia-mundial-das-zoonoses/>>. Acesso em 08 de março de 2024.

CARNEIRO, L. A. & PETTAN-BREWER, C. One Health: Conceito, História e Questões Relacionadas – Revisão e Reflexão. In: MIRANDA, A. M. M. (Org.). **Pesquisa em saúde & ambiente na Amazônia - perspectivas para sustentabilidade humana e ambiental na região**. São Paulo: Editora Científica Digital, 2021, p. 220-240.

DESCOLA, P. & PÁLSSON, G. **Nature and Society. Anthropological Perspectives**. Londres: Routledge, 1996.

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo**. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

MASSOLA, G. M.; SVARTMANN, B. P.; SANTOS, A. O.; GALEÃO SILVA, L. G. Quilombos e conflitos territoriais no Brasil: o caso do Vale do Ribeira, SP. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (Orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015, v. 01, p. 350-372.

OLIVEIRA-NETO, R. R.; SOUZA, V. F. CARVALHO, P. F. G. & RODRIGUES FRIAS, D. F. Nível de conhecimento de tutores de cães e gatos sobre zoonoses. **Revista de Salud Pública**, v. 20, n. 02, p. 198-203, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1991.

SANTOS, A. O.; MASSOLA, G. M.; GALEÃO SILVA, L. G.; SVARTMANN, B. P. Racismo ambiental e lutas por reconhecimento dos povos de floresta da Amazônia. **Global Journal of Community Psychology Practice**, v. 7, p. 1-20, 2016.

SANTOS, A.O. Climate change and indigenous health in the Amazon. In: **17th Health Disparities Conference**. Abstracts. New Orleans: Xavier University of Louisiana, 2024.

SANTOS, L., OLIVEIRA, J. E., MADURO-ABREU, A., LITRE, G., SÁTIRO, G. S., & SOARES, D. C. Mudanças climáticas, mudanças produtivas e saúde: complexas interações na literatura nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5315–5328, 2021.

SENA, A., CORVALÁN, C. & FEITOSA, P. Mudanças climáticas, seca e saúde no semiárido brasileiro. In: BARCELLOS, C; CORVÁLAN, C.; SILVA, E. L. (Orgs.). **Mudanças climáticas, desastres e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2022, p. 101-130.

SILVA, M. A., XAVIER, D. R. & ROCHA, V. Do global ao local: desafios para redução de riscos à saúde relacionados com mudanças climáticas, desastre e emergências em saúde pública. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 02, p.48-68, 2020.

SILVA NETO, N. M.; SANTOS, A. O. Justiça restaurativa e conflitos sociais envolvendo comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: um estudo de caso no município de Santarém, Pará. **Revista Ciências da Sociedade**, v. 2, p. 238, 2018.

SIQUEIRA JÚNIOR, G. C.; GONÇALVES, B. S. & SANTOS, A. O. O caráter multiespécie e multidimensional das noções de bem viver latino americanas. In: BAQUERO, O. & PEÇANHA, E. (Orgs.). **Comunidades e Famílias Multiespécies: Aportes à Saúde Única em Periferias**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados (USP), Saúde Única em Periferias e Avamisse Editora, 2022, p. 305-328.

WALSH, C. **La interculturalidad en educación**. Perú. Lima: Ministerio de Educación. Dirección Nacional de Educación Bilingüe Intercultural, 2005.